

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2010

(Base Normativa: Portaria-TCU nº 277/2010)

BRASÍLIA-DF
Fevereiro/2011



SUMÁRIO

- A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL
 - 1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010
 - 1.1 Relatório de Gestão Individual
 - 2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010
 - 2.1 Responsabilidades institucionais da unidade
 - 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais
 - 2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ
 - 2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ
 - 2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ
 - 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro
 - 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa
 - 2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes
 - 2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital
 - 2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas
 - 2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
 - 2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa
 - 2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ
 - 2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
 - 2.4.3 Indicadores Institucionais
 - 3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.
 - 3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
 - 4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.
 - 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores
 - 4.2 Análise Crítica
 - 5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.
 - 5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos
 - 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
 - 5.3 Composição do Quadro de Estagiários
 - 5.4 Quadro de custos de recursos humanos
 - 5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
 - 5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos
 - 6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.
 - 6.1 Transferências efetuadas no exercício.
 - 6.a PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 6.a.1 Registro de Contratos no SIASG
 - 6.a.2 Registro de convênios, contratos de repasse e termos de parceria no SICONV.
 - 6.b PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 6.b.1 declarações de bens e rendas



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 7.1 Estrutura de controles internos da UJ
8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.
 - 9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial
10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.
 - 11.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.
 - 12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício
 - 12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
 - 12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício
 - 12.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício
12. a. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.
 - 12.a.1 Recomendações do Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício
- B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO
 13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010
 - 13.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa
 14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 14.1 Composição Acionária do Capital Social
 - 14.2 Composição Acionária da UJ como investidora
 - 14.a PARTE B, ITEM 3 E 5, DO ANEXO II DA DN Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 14.a1 .Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.
 - 14.a.2.Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.
- C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS
 15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 57, DE 27/10/2010.
 - 15.1 Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral –
 16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 16.1 Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento.
 17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 17.1 Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário e modificações posteriores.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

- 18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 18.1 Análise da situação econômica-financeira
 - 18.2 Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ
 - 18.3 Análise Crítica

- 19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 19.1 Remuneração paga aos administradores

- 20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 20.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

- 21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
 - 21.1 Imóveis alienados em 2010 em consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND.



RELAÇÃO DE QUADROS

- QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL
- QUADRO A.2.1.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO
- QUADRO A.2.1.2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO
- QUADRO A.2.1.3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO
- QUADRO A.2.1.4 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO
- QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ
- QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS
- QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES
- QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL
- QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA
- QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESAS
- QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ
- QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ
- QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ
- QUADRO 2.4.3- QUADRO INDICADORES INSTITUCIONAIS
- QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
- QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010
- QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010
- QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010
- QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010
- QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
- QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.
- QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ
- QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS
- QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO
- QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO
- QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ
- QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO
- QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO
- QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI
- QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR
- QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL
- QUADRO B.4.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES
- QUADRO C.10.1 - INDICADORES ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
- QUADRO C.12.1 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL
- QUADRO C.12.2 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa		Código SIORG: 41066	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Indústria de Material Bélico do Brasil			
Denominação abreviada: IMBEL			
Código SIORG: 134	Código LOA: Não é o caso desta UJ		Código SIAFI: 52221
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: 201-1 Empresa Pública			
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 84.22-1-00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3415-5703	(61) 3415-4545	(61) 3415-4538
E-mail: : imbel@imbel.gov.br			
Página na Internet: www.imbel.gov.br			
Endereço Postal: QGEX bloco H 3º Piso – SMU – Brasília / DF CEP: 70.630-901.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, Autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa pública denominada Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providencias			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.735, de 10 de julho de 2008. Conversão da Medida Provisória nº 424, de 2008. Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica.			
Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.			
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as sociedades por ações.			
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;			
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;			
Decreto Nº 5.338 de 12 de janeiro de 2005. Aprova o Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providências;			
Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.			
Decreto Nº 3.931, de 19 de setembro de 2001. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Resolução nº 06/2008-CA/IMBEL. Aprova a Relação de matérias-primas e insumos utilizados pela IMBEL na fabricação de produtos de defesa que podem ser adquiridos com dispensa de licitação			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
168003	Indústria de Material Bélico do Brasil		
168004	Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica Presidente Vargas		
168005	Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica Itajubá		
168006	Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica de Juiz de Fora		
168007	Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica de Material de Comunicação e Eletrônica		
168008	Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica Estrela		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
16501	Indústria de Material Bélico do Brasil		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
168003 a 168008		16501	



2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Competência

Manter em território nacional, uma base industrial de defesa operante, com capacidade para abastecer as Forças Armadas Brasileiras, garantindo a soberania nacional, em tempos de paz ou de guerra.

Objetivos Estratégicos

A Constituição Federal não somente atribui às Forças Armadas a responsabilidade de defender o patrimônio nacional como imputou à União assegurar os meios necessários à defesa nacional. Ou seja, é dever constitucional da União disponibilizar os recursos financeiros e materiais para a capacitação de suas Forças Armadas.

Por sua vez, a necessidade de defesa do patrimônio nacional impõe que as Forças Armadas trabalhem para obter os meios necessários ao cumprimento de sua missão constitucional, com efetividade e competência.

Neste contexto está inserida a IMBEL, explicitado no seu Estatuto Social:

I – colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II – promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse do Exército;

III – administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e bens outros cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional; e

IV – promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.

Buscando a maximização da exploração de sua capacidade instalada, a IMBEL tem se voltado para a fabricação de produtos com aplicação no meio civil, além daqueles exclusivamente de aplicação bélica.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A IMBEL tem por missão desenvolver e fornecer produtos de defesa e seus derivados para uso civil, integrando a Base Industrial de Defesa Nacional.

A Visão de futuro da IMBEL é ser referência nacional como empresa estratégica e instrumento de projeção da indústria de material de defesa brasileira.

A IMBEL possui capacidade de desenvolver e fabricar produtos de defesa nos setores mecânicos, químico e eletrônico; tais como: armamentos portáteis (fuzis, pistolas, carabinas, etc), munição de grosso calibre, foguetes, material de comunicação e eletrônica (rádios, computadores robustecidos, centrais de tiros, etc), explosivos militares (TNT, HMX, RDX, etc), e produtos duais como nitrocelulose colódio, espoletas e outros explosivos de uso civil.

Em decorrência de sua atividade industrial a IMBEL desenvolve os seguintes processos: fabricação de material de defesa e de desenvolvimento de novos produtos, atendimento e relacionamento de clientes e fornecedores, gerenciais e de apoio.



Análise do mapa estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Fruto da inserção da IMBEL no Orçamento da União e das profundas transformações por que passa a Empresa, foi necessária uma revisão de todos os procedimentos e rotinas operacionais e administrativas de modo a capacitar o pessoal à utilização dos sistemas envolvidos, em especial o SIAFI.

O Escritório Administrativo foi transferido para a cidade de Brasília, junto à Diretoria da Empresa, embora algumas atividades, como o Departamento Técnico, por situação ainda transitória, estejam funcionando na cidade de Piquete-SP.

Assim, no ano de 2010, continuamos a consolidação de procedimentos em relação à nova situação da IMBEL como integrante do Orçamento da União, bem como possibilitando a transferência do escritório de piquete para a cidade de Brasília.

Uma das ações desenvolvidas no ano de 2010 foi a realização de licitação do tipo técnica e preço para a contratação de consultoria especializada a fim de elaborar junto com a Empresa o seu planejamento estratégico, o qual foi entregue ainda, no exercício de 2010.

Plano de ação referente ao exercício a que se referir o Relatório de Gestão

Durante o exercício de 2010 foram mantidos os objetivos estabelecidos na formulação estratégica, assim como os projetos estratégicos para a viabilização econômico-financeira da empresa.

Para alcançar os objetivos estratégicos, a IMBEL em 2010 manteve as seguintes ações, iniciadas no exercício de 2009:

- Descentralização Administrativa: continuação do processo de descentralização para as Unidades de Produção das atividades administrativas e comerciais que eram realizadas em Piquete-SP;
- Mudança da Sede da IMBEL para Brasília: transferência da Sede da IMBEL em Piquete para Brasília com a contratação de funcionários para a área administrativa e comercial;
- Transferência de plantas Industriais: transferência de plantas Industriais da Fábrica Presidente Vargas (FPV) para a Fábrica da Estrela (FE), com a finalidade de preservar a vocação Industrial das Fábricas;
- Recuperação da capacidade instalada: recuperação das plantas com a execução da manutenção necessária com a substituição de equipamentos obsoletos e eliminação de gargalos da produção;
- Investimento em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento: aperfeiçoamento dos processos Industriais com a parceria do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA);
- Elaboração do Planejamento Estratégico da IMBEL 2011/2015; e
- Elaboração do Plano de Empregos cargos e Salários.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0647		Denominação: Produção de Material Bélico				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana						
Objetivos Específicos: Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro com os meios necessários à defesa nacional e segurança pública						
Gerente:			Responsável:			
Público Alvo: Forças armadas brasileiras e polícias militares						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
51.700.000,00	51.700.000,00	27.392.970,49	7.122.813,01	20.270.157,48	7.122.813,01	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	NÃO HÁ INDICADOR					
Fórmula de Cálculo do Índice						
.						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIAFI GERENCIAL E SIGPLAN

QUADRO A.2.1.2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0901		Denominação: Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Tipo do Programa: Operações Especiais						
Objetivo Geral: Cumprimento de Setenças Judiciais						
Objetivos Específicos: Cumprimento de Setenças Judiciais						
Gerente:			Responsável:			
Público Alvo: Cumprimento de Setenças Judiciais						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.903.000,00	1.903.000,00	1.902.903,63	1.901.830,06	1.073,57	1.901.830,06	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	NÃO HÁ INDICADOR					
Fórmula de Cálculo do Índice						
.						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIAFI GERENCIAL E SIGPLAN



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

QUADRO A.2.1.3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0642		Denominação: Tecnologia de Uso Terrestre				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.						
Objetivos Específicos: Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológico de interesse do Exército.						
Gerente:			Responsável:			
Público Alvo: Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
64.650.000,00	64.650.000,00	47.772.452,00	33.904.528,41	13.867.923,59	33.904.528,41	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	NÃO HÁ INDICADOR					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIAFI GERENCIAL E SIGPLAN

QUADRO A.2.1.4 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.						
Objetivo Geral: Apoiar Administração						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Gerente:			Responsável:			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
102.412.473,00	116.742.174,00	113.447.436,16	107.538.422,12	5.909.014,04	107.538.422,12	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	NÃO HÁ INDICADOR					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIAFI GERENCIAL E SIGPLAN



2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
5	122	750	2000	A	4	R\$	100	97	100
5	301	750	2004	A	3	UNID.	6414	6414	6414
5	301	750	20CW	A	3	UNID.	1409	100	1400
5	306	750	2012	A	3	UNID.	1974	1974	1974
5	331	750	2011	A	3	UNID.	661	661	661
5	365	750	2010	A	3	UNID.	67	67	67
5	572	642	4403	P	4	%	90	44,72	100
5	153	642	4528	A	4	UND.	1.498.343	1.498.343	1.498.343
22	122	647	4105	A	4	%	70	52,98	70
22	662	647	3500	P	4	%	57	0	57
28	846	901	002F	OP	3	%	100	100	100
28	846	901	22	OP	3	%	100	100	100

Ação 3500 - Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção Ambiental

a) Principais resultados

No ano de 2010, a IMBEL prosseguiu com a implantação dos sistemas de proteção ambiental na Fábrica Presidente Vargas (FPV). A construção do leito de secagem da Estação de Tratamento de Despejo Industrial encontra-se em fase de conclusão do sistema de tratamento físico-químico dos efluentes líquidos. Para completar a meta física prevista para esta Ação está planejada a implantação do sistema de tratamento biológico, a implantação de 03 (três) sistemas de proteção ambiental e a recuperação do sistema de tratamento de efluentes gasosos.

b) Principais problemas

O principal problema enfrentado nesta Ação foi de ordem orçamentário-financeira, com destaque para os seguintes aspectos: Os recursos previstos no orçamento de 2010, que foi contingenciado, não permitiu a implantação de todos os sistemas de proteção ambiental demandados pela FPV.

c) Descentralização de recursos

Não ocorreu descentralização de recursos pois os recursos foram contingenciados.

Em função do contingenciamento dos recursos durante o ano de 2010, a IMBEL atualizou o Plano de Trabalho para 2011 procurando contemplar todas as ações não atendidas no ano de 2010.



Ação 4105 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional

a) Principais resultados

Em 2010 foram realizadas em suas Unidades de Produção da IMBEL, atividades de manutenção e obras de adequação da infra-estrutura operacional, das quais se pode destacar:

- Fábrica Presidente Vargas (FPV): foram realizadas manutenção e obras nas Plantas Industriais de Nitrocelulose Desidratada, Trinitrotolueno e modernização da Planta de Pólvora de Base Dupla.

- Fábrica de Juiz de Fora (FJF): Em 2010 a UP modernizou parte de suas Plantas fabris, conforme plano de trabalho anual e aumentou o seu patrimônio líquido em 5%.

- Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE): foram realizadas obras para modernização da infra-estrutura.

- Fábrica de Itajubá (FI): foram desenvolvidas ações para modernização da fábrica, com destaque para obras tais como: o isolamento acústico, modernização do centro de usinagem, implantação de novo layout na tornearia, modernização da oficina de sabres, modernização da oficina de tratamento térmico, modernização da metrologia, modernização da oficina de montagem, além da substituição de máquinas antigas por equipamentos modernos.

- Fábrica da Estrela (FE): foram realizadas obras nos depósitos de matéria-prima, recuperação da planta de emulsão, modernização da planta de espoletas, modernização das instalações da planta do Alto Explosivo ANFO, dentre outras ações de manutenção da infra-estrutura.

b) Principais problemas

Na execução da Ação, alguns problemas ocorreram:

- Orçamentário/Financeiros: o contingenciamento de recursos dificultou a execução da Ação. Os recursos previstos no orçamento não foram utilizados plenamente pois não foram geradas receitas suficientes para os créditos previstos na fonte 250.

- Aquisições/Licitações: o processo de aquisições via licitações é moroso e dificultado pelas exigências da Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos. As plantas Industriais da IMBEL são muito antigas (algumas com mais de 40 anos), o que dificulta a aquisição de peças e a contratação de empresas para a manutenção de tais plantas.

c) Descentralização de recursos

Os recursos da fonte 250 são descentralizados à medida que as Unidades de Produção geram receita de venda de produtos ou serviços. Em 2010, as receitas geradas não foram suficientes para que o montante de crédito previsto no orçamento fosse utilizado plenamente.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

Ação 4528 – Produção de Material de Emprego Militar

a) Principais Resultados

No ano de 2010 a IMBEL cumpriu a meta estabelecida para a ação, no orçamento da União.

As tabelas abaixo resumem os principais resultados obtidos em termos de produção de MEM, nas cinco fábricas da IMBEL:

Produto	Unidade	Quantidade	
		Prevista	Realizada
<i>Fábrica da Estrela – FE</i>			
Booster	Un	10.920	82.576
Cápsula	Un	0	6.165
Cordel Detonante	m	2.499.996	2.690.500
Espoleta	Un	453.780	1.346.831
Espoletim	Un	0	276.418
Estopim	m	145.380	436.500
Petardo	Un	0	2.000
Pólvora negra	kg	1.812	750
Simulacro Granada	Un	0	1.031
Mecanismo Retardo 120 mm PRPA	Un	0	15
<i>Fábrica de Itajubá – FI</i>			
Conversão FAL em PARAFAL	Un	0	5.180
Fuzil Carabina	Un	5.706	2.638
Peças/Acessórios	Un	0	88.358
Pistola	Un	55.383	27.278
Transf Pistola 9mm	Un	0	409
Conj Manutenção	Un	0	33
Cutelaria	Un	0	4.155
<i>Fábrica de Juiz de Fora - FJF</i>			
TIRO 90 AE TR (HE-T)	Un	4.148	2.870
TIRO 120 mm AE CONV B1	Un	0	1.068
TIRO 90 TP-T	Un	0	366
Tiro 105 mm AE M1B1	Un	4.000	5.015
Tiro 105 mm Exc M1B1	Un	0	42
<i>Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica</i>			
Kit Atualização Computador PALMAR Mil	Un	0	37
Simulador do Tiro de Pistola	Un	0	5
Manutenção em Transceptor RY 39	Un	15	5
<i>Fábrica Presidente Vargas - FPV</i>			
Éter Etilico	l	39.100	94.200
Grãos Propelentes SBAT 70	Un	3.000	4.360
Involucro de Nitrofilme	Un	42000	23.900
Nitrocelulose Colódio Desidratada	kg	1.100.000	1.215.725
Nitrofilme	Un	0	1.497
Pólvora de Base Dupla	kg	3.050	8.632
Pólvora de Base Simples	kg	43.100	21.674
Trotil	kg	222.300	221.975
Nitrocelulose para pólvoras BD	kg	20.000	9.700
Nitrocelulose Alta Baixa	kg	0	1.625



b) Principais Problemas Enfrentados

Na execução da Ação 4528 – Produção de Material de Emprego Militar a IMBEL enfrentou alguns problemas tais como:

- Orçamentário/Financeiros: no início do ano, devido ao contingenciamento de recursos financeiros, houve uma timidez na produção, modificando essa situação ao longo do ano com o aporte de recurso financeiro para a linha de produção.

- Aquisições/Licitações: o processo de aquisições via licitações é moroso e dificultado pelas exigências da Lei 8.666/93. Os produtos com as quais a IMBEL trabalha são muito específicos e devem atender a elevados padrões de qualidade e requisitos de engenharia. A IMBEL desenvolve fornecedores para aquisição de matérias-primas assim como para o desenvolvimento de componentes que são terceirizados. No entanto, a Lei de Licitações dificulta seriamente este processo de desenvolvimento de fornecedores, além das aquisições rotineiras.

- Limitação da capacidade produtiva: a IMBEL ainda se encontra em processo de recuperação de sua capacidade produtiva, a qual sofreu intensa deterioração por falta de investimentos no passado. A necessidade de manutenção das plantas fabris consome tempo, dificultando a produção. Com a inserção da empresa no Orçamento Fiscal, a IMBEL vem investindo na recuperação da capacidade produtiva pela atualização e modernização das plantas.

- Gerenciamento de informações: a empresa conta com um Sistema de Gestão Empresarial (ERP - EMS) robusto, entretanto, ainda necessita de maior capacitação do pessoal para melhor utilização do sistema para planejamento, registro e análise das informações e acompanhamento e controle da produção.

c) Descentralização de recursos

A IMBEL tem buscado superar todos estes problemas, no entanto, a implantação de um regime regulatório para aquisições no setor de defesa, conforme preconizado na Estratégia Nacional de Defesa poderia alavancar a produtividade, além de reduzir custos no processo de produção de MEM.

Ação 4403 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força Terrestre

Considerações sobre o alcance/efetividade das metas físicas e financeiras.

As pesquisas realizadas na IMBEL, na sua quase totalidade, são em parceria com o Exército Brasileiro ficando a cargo da IMBEL somente a demanda na campo de recursos humanos, particularmente pelos engenheiros militares passados a disposição da IMBEL. No ano de 2010, foram desenvolvidas diversas atividades de pesquisa e desenvolvimento cabendo a IMBEL a gestão orçamentária do desenvolvimento da família dos fuzis IA2. Segue abaixo, informações sobre as pesquisas desenvolvidas:

- Desenvolvimento de pólvoras para Arma Leve Anti-Carro 84 mm (ALAC 84): matrizes para corte e conformação de pólvoras proporcionando aumento na produtividade. diária de 1,5 Kg para 30 Kg dia;



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

- Propelente Lançador e Acelerador do Míssil Superfície-Superfície 1.1 (Mss 1.2): em desenvolvimento;
- Nacionalização de catalisadores balísticos para a fabricação de propelentes para foguetes;
- Conclusão do desenvolvimento do propelente para propulsão adicional do Mrt 120 mm pré raiado;
- Início da fase de implantação do processo industrial de conformação, corte e colagem de invólucros de 100g e 75g para uso nas cargas de projeção da nova família de morteiros;
- Desenvolvimento de pólvoras para Obuseiro 155 mm: as pólvoras para as cargas de projeção M3 e M4A1 já foram definidas. a pólvora escorva para ignição das cargas de projeção;
- Parcerias com a COPPETEC e PETROBRAS para desenvolvimento de combustíveis a serem utilizados em gerador de gases de vapor no fundo de poços de petróleo. Um protótipo de gerador de vapor já foi construído e encontra-se em testes para avaliar seu funcionamento;
- Rádio TRC-1193 (Grupo II): os módulos novos estão prontos e testados individualmente. O memorial descritivo dos equipamentos encontra-se em processo de revisão em função das modificações que estão sendo incorporadas aos equipamentos.
- Módulo de apoio de fogo do C2 em combate: o sistema em desenvolvimento foi apresentado na EXPOQEM.
- Intercomunicador da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal VBTP: contratada a empresa SELEX para a correção das não-conformidades verificadas no sistema do intercomunicador. Os amplificadores de RF estão em fase de produção.
- Pistola PST.40 GC MD4: as peças em polímero já estão desenvolvidas, produto já está em linha de produção;
- Cano da Mtr.50 M2HB: Projeto suspenso. Não foi encontrado fornecedor de Aço AISI 4150 que forneça na quantidade compatível com a pesquisa (lote mínimo), A IMBEL continua com os contatos para desenvolver um fornecedor deste material;
- Modernização da linha de produção de Pistolas e fuzis: em linha de produção normal. ;
- Redução dos pesos da família do fuzil IA2 em aproximadamente 200 g. Hoje, está um pouco mais leve do que o Fz M16;
- As carabinas IA2 atingiram o peso de 3 kg. Tal resultado ainda pode vir a variar conforme os pesos dos novos polímeros que ainda não foram introduzidos na arma;
- Diversos processos de fabricação das peças da família de fuzis IA2 foram revistos para garantir as especificações e aos controles de qualidade: ferrolho, impulsor do ferrolho, caixa da culatra, molas etc.;
- Foi ajustado o sistema de recuo de gases;
- Foi desenvolvido novo tipo de acoplamento do cano, que permite maior fluibilidade e menor esforço na caixa da culatra;



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

- Foram identificados e corrigidos os problemas que provocavam a quebra dos extratores nos testes do Centro de Avaliação do Exército - CAEx;
- A arma recebeu diversos itens para atiradores ambidestros;
- Foram testadas cinco armas até o limite da vida útil de 6.000 tiros, para verificar a resistência e o seu funcionamento;
- Os moldes industriais da coronha extensível e dobrável, do punho, e das placas do guarda mão foram encomendados para testar as primeiras peças injetadas nos materiais definitivos das armas;
- Foram fabricados 40 fuzis/carabinas, com as alterações de engenharia indicadas pela pesquisa, e disponibilizadas aos testes do CAEx.
- Estão em andamento trabalhos da IMBEL em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas(IPT), a fim de implementar novas tecnologias ao projeto do Fuzil 5,56 mm, de modo a torná-lo competitivo com armamento similar em uso por Forças Armadas de outros países. Os resultados iniciais são auspiciosos, prevendo-se que o projeto esteja concluído no início do 2º semestre de 2011;
- Modernização da Linha de produção de pólvoras negra na FE;
- Adaptação predial e instalação de equipamentos nas oficinas de cordel detonante e estopim hidráulico na FE;

b) Principais Problemas Enfrentados

- Estrutura de pesquisa: a estrutura de pesquisa da Fábrica de Itajubá não estava orientada para o desenvolvimento de produtos. Até o final de 2008 a “pesquisa” fazia parte da assistência técnica. A partir de 2009 a fábrica passou a ser estruturada para realizar pesquisas.
- Dificuldade no processo de aquisição: os processos de aquisições das Fábricas não acompanharam a velocidade demandada para o desenvolvimento dos produtos.
- Negociação de requisitos com o Exército: o Exército ainda não respondeu efetivamente às sugestões de alteração dos ROB do Fuzil 5,56mm, colhidas em três reuniões de assessorias do EME e DCT ocorridas durante o ano de 2009. Em consequência, alguns itens sugeridos já foram desenvolvidos pela IMBEL no trabalho de preparo das armas para os testes do CAEx (retirada dos três tiros e aparelho de pontaria).
- Dificuldades inerentes a projeto dessa natureza, que não possui similar no país;
- Dificuldade no processo de aquisição da Fábrica não acompanhou a velocidade demandada para o desenvolvimento do produto.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
 Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
IMBEL	52221	168002

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	30.027.011	49.166.367	3.654.788	0	134.214.933	142.400.280
	PLOA	30.027.011	33.365.193	3.654.788	0	134.214.933	142.400.280
	LOA	30.027.011	33.365.193	3.654.788	0	133.134.933	142.400.280
CRÉDITOS	Suplementares	13.600.000	14.500.000	0	0	4.757.770	529.701
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		43.627.011	47.865.193	3.654.788	0	133.134.933	142.929.981

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	47.475.920	44.900.000				
	PLOA	47.475.920	44.900.000				
	LOA	47.475.920	44.900.000				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		47.475.920	44.900.000				

Fonte: SIAFI GERENCIAL



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	134.214.933	142.400.280	47.475.920	44.900.000		
	PLOA	134.214.933	142.400.280	47.475.920	44.900.000		
	LOA	133.134.933	142.400.280	47.475.920	44.900.000		
CRÉDITOS	Suplementares	4.757.770	529.701				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		133.134.933	142.929.981	47.475.920	44.900.000		

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESAS

Valores em R\$1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	168002	ATIVIDADE/OPERACOES ESPECIAIS	47.865.193	0	123.939.877
	Recebidos	168003		47.865.193		42.419.932
	Recebidos	168004				23.456.429
	Recebidos	168005				26.821.434
	Recebidos	168006				22.902.289
	Recebidos	168007				3.282.765
	Recebidos	168008				4.894.626
Movimentação Externa	Concedidos	168002	2000	162.400		
	Recebidos	167113				89520
	Recebidos	167069				32880
	Recebidos	795180				40000
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				4 – INVESTIMENTO	5 - INVERSOES FINANCEIRAS	6 - AMORTIZACOES DE DIVIDA
Movimentação Interna	Concedidos	168002	ATIVIDADES/PROJETOS	18.134.854		
	Recebidos	168003		275.857		
	Recebidos	168004		7.407.155		
	Recebidos	168005		4.180.537		
	Recebidos	168006		4.666.178		
	Recebidos	168007		746.291		
	Recebidos	168008		848.273		
Movimentação	Concedidos	168002	2000	10.564		



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

Externa	Recebidos	167113		10.564		
---------	-----------	--------	--	--------	--	--

Análise crítica

- No ano de 2010, em Janeiro ocorreu a liberação de limite de empenho com o duodécimo e em fevereiro, o primeiro lote de limites. Em junho ocorreu a segunda liberação e em outubro a última, basicamente do Grupo de Despesa 04. Apesar do parcelamento dos limites a IMBEL contornou as dificuldades impostas e obteve bons resultados.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	24.110.468	33.969.642	24.110.468	33.969.642
Convite	1.478.868	1.257.386	1.478.868	1.257.386
Tomada de Preços	2.668.850	2.476.926	2.668.850	2.476.926
Concorrência	10.424.326	7.966.263	10.424.326	7.966.263
Pregão	9.538.424	22.269.067	9.538.424	22.269.067
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	33.875.437	28.763.962	33.875.437	28.763.962
Dispensa	25.921.335	18.802.062	25.921.335	18.802.062
Inexigibilidade	7.954.102	9.961.900	7.954.102	9.961.900
Regime de Execução Especial	33.602	159.628	33.602	159.628
Suprimento de Fundos	33.602	159.628	33.602	159.628
Pagamento de Pessoal	38.523.274	49.347.365	38.523.274	49.347.365
Pagamento em Folha	38.216.936	48.374.696	38.216.936	48.374.696
Diárias	306.338	972.669	306.338	972.669
Outros	34.398.439	40.018.556	34.398.439	40.018.556

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	45.826.932	48.965.193	44.099.752	48.965.193	1.727.180	590.497	44.099.752	48.374.696
319003	47.426	53.042	47.426	53.042	0		47.426	53.042
319008		70.006		70.006				70.006
319009		54.028		54.028				54.028
319011	29.979.643	33.281.245	29.979.643	33.281.245	0		29.979.643	33.281.245
319013	11.117.016	12.779.439	11.117.016	12.779.439	0		11.117.016	12.779.439
319016	1.708.765	1.552.217	1.708.765	1.552.217	0		1.708.765	1.552.217
319067	5.357		5.357		0		5.357	
319091	10.960	13.988	10.960	13.988	0		10.960	13.988



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

319092	1.759.077	590.497	31.898	590.497	1.727.180	590.497	31.898	0
319094	1.198.687	570.041	1.198.687	570.041	0		1.198.687	570.041
319192		690		690				690
2 – Juros e Encargos da Dívida	425.545	0	425.545	0	0	0	425.545	0
329021	425.545	0,00	425.545	0,00	0	0	425.545	0
3 – Outras Despesas Correntes	123.833.015	123.542.275	99.223.724	98.286.214	24.609.291	25.331.967	98.983.880	98.286.214
339008	84.785	75.906	84.785	75.906	0	75.906	0	75.906
339014	314.237	710.836	303.230	708.489	11.007	2.348	302.426	708.489
339015	146.734	273.771	125.498	264.180	21.236	9.591	124.682	264.180
339030	49.627.229	44.786.288	36.681.367	31.813.365	12.945.862	12.972.923	36.527.928	31.813.365
339033	447.927	676.470	381.563	623.392	66.363	53.079	381.563	623.392
339035	1.499.020	46.290	314.934	0	1.184.085	46.290	314.934	0
339036	68.473	34.264	68.153	34.264	320	0	68.153	34.264
339037		54.872		49.394		5.478		49.394
339039	40.071.865	36.267.603	32.857.274	27.115.209	7.214.591	9.152.395	32.857.274	27.115.209
339046	2.190	0	0	0	2.190	0	0	0
339047	7.836.167	15.323.535	6.942.319	13.428.610	893.848	1.894.925	6.942.319	13.428.610
339067	762.458	305.313	762.458	305.313	0	0	762.458	305.313
339091	331.327	302.510	330.943	301.537	384	973	330.943	301.537
339092		921		921		0		921
339093	25.939	42.847	21.609	41.759	4.330	1.088	21.609	41.759
339135		14.189		14.189		0		14.189
339139	460.781	303.029	381.761	254.594	79.020	48.434	381.761	254.594
339147	21.928.078	23.082.555	19.967.829	22.014.019	1.960.249	1.068.536	19.967.829	22.014.019
339191	225.806	1.241.075	0	1.241.075	225.806	0	0	1.241.075

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	17.165.350	18.084.200	6.091.132	3.883.279	11.074.218	14.200.921	6.091.132	3.883.279
449030		336.866		244.367		92.499		244.367
449035	325.520	0	0	0	325.520	0	0	0
449039	124.958	1.015.065	0	183.966	124.958	831.099	0	183.966
449051	1.885.310	3.428.964	1.073.846	649.917	811.463	2.779.047	1.073.846	649.917
449052	12.114.732	13.303.305	2.302.456	2.805.030	9.812.277	10.498.276	2.302.456	2.805.030
449139	630		630		0		630	
469071	2.714.200		2.714.200		0		2.714.200	

Análise crítica

Com a finalidade de acelerar a execução orçamentária, a IMBEL incrementou o uso de Pregão nos processos de aquisições em detrimento das Aquisições Diretas. A maior dificuldade está na qualificação de fornecedores para bens e serviços específicos utilizados na produção. Na área administrativa o pregão já é uma realidade na Empresa. Esta ferramenta tem se mostrado grandemente útil na redução do tempo de aplicação dos recursos, bem como, na obtenção de vantagens financeiras para a UJ.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

Outra ferramenta de gestão que possibilitou a aceleração da execução orçamentária foi a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (Suprimento de Fundo), fato que permitiu, na maioria das vezes, solucionar os problemas das aquisições emergenciais.

No geral, a execução das despesas do ano de 2009 para 2010 obtiveram resultados parecidos. O grande diferencial foi o desbloqueio por completo da fonte tesouro .

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

NÃO SE APLICA À IMBEL.

QUADRO 2.4.3 QUADRO INDICADORES INSTITUCIONAIS

OBJETIVOS	INDICADORES	FÓRMULA	META	RESULTADOS 2010
(1) Aumentar o faturamento em 12%aa.	Faturamento Bruto	(faturamento realizado)/ (faturamento previsto)	Aumentar 12%aa	83%
(2) Reduzir despesas administrativas em 3%aa.	Controle de custos	(despesas administrativas dos últimos 12 meses)/(faturamento dos últimos 12 meses)	Reduzir 3%aa	Não houve variação
(3) Reduzir o nível de estoque em relação ao faturamento	Controle de estoques	(estoque médio dos últimos 12 meses) / (faturamento acumulado dos últimos 12 meses).	A definir (cada UP)	Não houve variação
(4) Aumentar o índice de atendimento dos pedidos e contratos no prazo	Entregas no prazo	(faturamento dos pedidos entregues no prazo) / (faturamento total de pedidos que deveriam ter sido entregues)	100%	Início de controle em 2011
(5) Aumentar a capacitação profissional dos colaboradores	Treinamento	quantidade de horas de treinamento realizada	100% do plano de Treinamento	5.339
		quantidade de colaboradores treinados ⁽¹⁾		3.434
(6) Atingir a capacidade real de produção	Produção*	$\frac{\sum_i^N X_i * N_i}{X_{TOTAL}}$	100%	42%
(7) Reduzir as perdas com ociosidade	Ociosidade**	(valor da ociosidade) / ((C + D) - (DA + DC))	Reduzir 3% a.a	30%
(8) Reduzir os índices de refugo	Índice de refugo	(valor total de refugo) / (estoque em processo)		8%
(9) Reduzir os índices de devoluções	Índice de devoluções	(valor da devolução) / (faturamento)	Zero	0,8%

* Xi = Tempo padrão dos produtos; Ni = Quantidade produzida dos produtos

** C = custos; D = despesas; DA = despesas administrativas; DC = despesas comerciais



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

- (1) Faturamento: Apesar de não haver atingido a meta, houve um aumento de 6% em relação a 2009.
- (2) Controle de custos: Este índice indica o aumento ou a redução das despesas administrativas em relação ao faturamento.
- (3) Controle de estoques: Este índice monitora a média móvel do valor dos estoques dos últimos 12 meses em relação ao faturamento acumulado neste mesmo período. Busca-se sempre uma tendência de redução deste índice em relação ao período anterior.
- (4) Entregas no prazo: Este índice busca monitorar a eficácia na entrega dos pedidos
- (5) Treinamento: Este índice busca a melhoria contínua dos colaboradores da IMBEL para executar as atividades necessárias ao desempenho de suas funções. Houve um aumento de 22% em horas de treinamento em relação a 2009. O número apresentado de treinandos foi superior ao efetivo da empresa, pois houve a necessidade de diversos treinamentos para um mesmo funcionário. O número de horas de treinamento (5.339) significa 0,13% das horas trabalhadas no ano de 2010.
- (6) Produção: Mostra a ocupação das linhas de produção com base no efetivo disponível.
- (7) Ociosidade: Indica a possibilidade de crescimento da produção em relação a capacidade instalada.
- (8) Índice de Refugo: Compara o índice de perda com o estoque em processo.
- (9) Índice de devoluções: além de monitorar a satisfação dos nossos clientes, serve também para indicar não conformidade em nossa cadeia de suprimentos.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

NÃO SE APLICA À IMBEL

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	37.911.591,33	4.656.990,39	31.002.251,95	2.252.348,99
2008	1.577.375,31	13.825,59	1.057.332,17	506.217,55
TOTAL	39.488.966,64	4.670.815,98	32.059.584,12	2.758.566,54
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	156.349,91	0	156.349,91	0
2008	0,00	0	0	0
TOTAL	156.349,91	0	156.349,91	0
Observações:				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2 Análise Crítica

A inscrição de valores em restos a pagar torna-se quase inevitável, haja vista as diversas atividades que demandam longos prazos de liquidação, como é o caso das importações. Dentro das particularidades de cada unidade de fabricação, tem sido desenvolvido um acompanhamento dos valores inscritos, de modo a celerizar a liquidação dos mesmos.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo (1)	2187	2154	133	155
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	2187	2154	133	155
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	2187	2154	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	58	4	1
1.4.1 Cedidos (2)	-	56	2	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	2	2	1
2 Provimento de cargo em comissão (3)	45	39	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	45	39	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	45	39	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	2232	2193	133	155

Fonte/Notas:

(1) Limite de pessoal próprio autorizado: 2.232 – Port. n.º 7 , 19/05/2006, expedida pelo MPOG/DEST, DOU 97, 23/05/2006.

(2) Cedidos: 56 empregados vinculados à IMBEL por força de processos administrativos de anistia. (Prólogo S/A).

(3) Do limite de pessoal próprio autorizado, 2% destinam-se a cargos em comissão (2.232 x 2% = 45).



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	321	440	811	494	88
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	321	439	783	472	83
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	1	28	22	5
2. Provimento de cargo em comissão	-	6	16	11	6
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	6	16	11	6
2.3. Funções gratificadas					

Fonte: DPRHU

QUADRO A.5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	282	860	843	169	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	282	860	843	169	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	25	14	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	25	14	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte:DPRHU



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	-	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional (1)	263	31
2.1 Voluntária	183	31
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	80	-
2.4 Outras	-	-

Fonte/Nota:

(1) Empregados Aposentados, inclusive por Invalidez, pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	38	32	34	32	114.410,00
• Área Fim	22	21	22	22	-
• Área Meio	16	11	12	10	-
Nível Médio	45	47	49	50	115.321,00
• Área Fim	35	37	38	38	-
• Área Meio	10	10	11	12	-

Fonte: DPRHU



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	13.208.570,36	-	1.526.656,91	6.923.938,94	506.477,62	-	-	22.165.643,83
2009	17.222.254,13	-	2.126.267,41	9.958.173,50	706.785,66	-	-	30.013.480,70
2010	19.195.199,26	-	2.225.961,34	9.870.687,06	1.252.812,44	-	-	32.544.660,10
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	561.973,56	-	46.831,13	15.610,38	-	-	-	624.415,07
2010	603.035,52	-	50.252,96	16.750,99	-	-	-	670.039,47
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	1.694.689,68	-	141.224,14	171.856,38	81.424,44	-	-	2.089.194,64
2009	2.214.103,44	-	184.508,62	243.792,51	113.627,17	-	-	2.756.031,74
2010	2.472.468,48	-	206.039,04	260.394,01	201.403,83	-	-	3.140.305,36
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DPRH

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
NÃO SE APLICA À IMBEL



5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo;

Conforme controles internos (sistema DATASUL) a empresa registrou em 2010, em média 222 horas faltas em todo o grupo IMBEL.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;

No ano de 2010 a empresa registrou 19 acidentes do trabalho com afastamento (+ de 15 dias).

- Rotatividade (*turnover*);

A média do turnover registrado na IMBEL no exercício de 2010 foi de 6,5 %.

Ingressos em 2010: 133

Egressos em 2010: 155.

- Educação Continuada;

A cada ano a IMBEL estabelece um Plano para o Desenvolvimento e Melhoria do seu Empregado, que é cumprido conforme aprovação orçamentária anual e da disponibilidade dos recursos financeiros.

O investimento em seus recursos humanos é aplicado através da Educação Continuada, que tem como objetivo promover o desenvolvimento de seus empregados e assegurar a qualidade e a produtividade organizacional.

O processo de aprendizagem da Educação Continuada é estabelecido pela participação dos empregados em seminários, palestras, conferências, workshops, cursos de curto prazo interno e externamente, entre outros, visto a necessidade que esses empregados têm para se manter atualizados com as novas tendências de mercado, novas metodologias de trabalho, novas tecnologias nas áreas específicas de atuação.

- Satisfação e Motivação;

A IMBEL, desde que passou a integrar o orçamento da União como “empresa dependente” (abril/2008), vem paulatinamente aprimorando e/ou implantando novos sistemas de controles e medição de fatores ligados aos seus recursos humanos.

O Aprimoramento da metodologia aplicada no programa anual de Avaliação de Desempenho dos empregados (aplicado desde 2007) já se mostra uma ferramenta eficaz que, apesar de alguns empregados questionarem os critérios de notas alegando uma relativa subjetividade do Chefe Avaliador, consegue contemplar, ainda que os recursos financeiros sejam limitados (1% da FOPAG), uma boa parte dos empregados com promoções que variam entre 3% e 6%, de acordo com a eficiência, desempenho e merecimento do trabalhador, observando-se regras claras contidas no sistema de Avaliação de Desempenho e no Plano de Cargos e Salários da IMBEL.

A IMBEL tem um grande desafio para os próximos anos no que se refere à satisfação e motivação de seus empregados uma vez que os baixos níveis salariais praticados na empresa em relação ao mercado é um dos principais fatores de insatisfação e desmotivação dos empregados. A recuperação de perdas na remuneração dos empregados, vêm sendo desde abril de 2008, perseguida pela atual Direção, com o objetivo principal de reter na IMBEL seus melhores profissionais que são constantemente assediados por propostas mais vantajosas ofertada no mercado. A especificidade, e ao mesmo tempo a diversidade das atividades desenvolvidas na IMBEL (química, metalúrgica e materiais de comunicação eletrônica) impõe aos seus principais gestores, um alto grau de acuidade, em realção à identificação e retenção de profissionais de carreira, essenciais à continuidade de desenvolvimento da



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

empresa, através de propostas desafiadoras de crescimento e desenvolvimento, visando motivar tais empregados.

- Desempenho funcional;

A IMBEL aplica, anualmente desde 2007 o sistema de Avaliação de Desempenho, utilizando-se da metodologia 180° (Chefe imediato X subordinado). São 5(cinco) tipos de avaliação (Níveis: Operacional, Profissionalizantes, Técnicos, Especializado e Gestores) contendo 5(cinco) fatores de competências específicas relacionados com a área de atuação e responsabilidades por resultados. Os empregados são avaliados anualmente e os Padrões de Desempenho (insatisfatório, regular, bom, ótimo e modelo de referência), são utilizados como parâmetros de medição e aplicação de evoluções na carreira, bem como são a base de orientações sobre as melhorias pretendidas no desempenho dos empregados.

- Níveis Salariais;

No período de 1997 a 2001, a IMBEL não concedeu qualquer reajuste nos salários dos seus empregados. De 2002 até março de 2008, todos os reajustes concedidos aos trabalhadores foram somente mediante procedimento de Dissídio Coletivo do Trabalho instaurado perante o Tribunal Superior do Trabalho (TST), cujos índices concedidos limitaram-se apenas à inflação acumulada em cada período (INPC). A partir de abril de 2008, a Direção da IMBEL buscando a recuperação e desenvolvimento da empresa, não envidou esforços para negociar junto aos 5(cinco) sindicatos representativos da categoria, as melhores oportunidades e possibilidades de crescimento da empresa e valorização dos empregados. Apesar de que os índices autorizados (MPOG/DEST) para reajustes salariais se mantivessem limitados ou abaixo da simples reposição da inflação, no período de 2008 à 2010, a empresa conseguiu evitar movimentos grevistas e os Acordos Coletivos do Trabalho foram aprovados em assembléia dos trabalhadores.

A atual condição salarial dos empregados da IMBEL, principalmente aqueles profissionais de nível médio, técnico e superior demanda urgência de recomposição e readequação ao mercado sob pena de aumentar significativamente a evasão de profissionais especialistas e generalistas do quadro de empregados de carreira da IMBEL.

A IMBEL, já elaborou um novo Plano de Empregos, Carreiras e Salários para os empregados, e atualmente o PECS está em fase de análise e aprovação no DEST. Diante das diversas restrições e limitações orçamentárias, o citado Plano visa inicialmente, recuperar apenas uma parte das defasagens salariais acumuladas desde 1997 até 2010.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

NÃO SE APLICA A IMBEL.



6.a PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

6.a.1 Registro de Contratos no SIASG

A IMBEL integra a administração indireta do Governo Federal e, por ter sido inserida no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União a partir de 2008, e vem buscando adaptar-se paulatinamente às regras a que passou a estar subordinada, implantando os contratos no SIASG.

6.a.2 Registro de convênios, contratos de repasse e termos de parceria no SICONV

A UJ não realizou convênios, contratos de repasse, nem termos de parceria.

6.b PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

6.b.1 declarações de bens e rendas

Declaro que os agentes constantes do Rol dos Responsáveis, estão em dia com a exigência de apresentação da Declaração de Bens e Renda de que trata a Lei nº 8.730, de 10 Nov 93, permanecendo arquivadas nesta Empresa à disposição dos Controles Interno e Externo..

7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

7.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a					X



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					



8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>A grande maioria dos processos produtivos das unidades de produção da UJ utiliza critérios de preservação ambiental, uma vez que considerável fração dos insumos e rejeitos de fabricação exige cuidados especiais, por se tratarem de produtos controlados por organismos específicos, que estabelecem critérios de sustentabilidade e segurança no manuseio, transporte e descarte. Como exemplo pode ser citado o descarte de “águas vermelhas”, rejeito oriundo da fabricação de explosivos, cuja licitação exigiu a capacitação técnica do prestador do serviço para processar em conformidade com as leis ambientais todo o material descartado, devendo possuir autorização do organismo ambiental competente para a atividade.</p>				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>			X		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>A partir de abril de 2008, a UJ passou à condição de Empresa Pública dependente, fato que impôs a necessidade de utilização plena dos critérios estabelecidos pela Lei 8.666/93. A inclusão de critérios como ISSO, salvo entendimento contrário, não é permitida pela Lei de Licitações</p>			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>Uma das unidades de produção da UJ possui uma geradora de energia elétrica. Esta atividade vem sofrendo uma reestruturação visando a sua adequação aos padrões modernos de utilização da energia gerada, desonerando a Empresa do custo de aquisição de energia, bem como possibilitando a venda dos excedentes à concessionária local.</p> <p>Adicionalmente, em menor escala, estão sendo adquiridos bens como equipamentos elétricos possuidores do selo “procel” além da substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas eletrônicas, onde isso é possível.</p>				X	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>Basicamente papéis.</p>				X	
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <p>Não foram introduzidos critérios específicos relativos à economia de combustíveis nos processos licitatórios. A empresa se utiliza dos critérios já estabelecidos pelos órgãos de controle que regulam a fabricação de veículos, estabelecendo os padrões mínimos para as emissões gasosas, por exemplo.</p>				X	



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? A UJ possui longa experiência em ações de preservação, disseminadas em suas unidades de produção por meio de palestras periódicas, SIPAT e cartazes internos					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? A UJ possui longa experiência em ações de preservação. Uma das ações que mais caracteriza a UJ é a preservação ambiental dos imóveis sob sua jurisdição, que pode ser comprovado pelo contraste com áreas contíguas, que não estão sujeitas à administração da IMBEL					X
<i>Considerações Gerais:</i>					

9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	SP	158	158
	PIQUETE	158	158
	MG	292	292
	ITAJUBA	226	226
	JUIZ DE FORA	66	66
	RJ	284	284
	MAGÉ	284	284
Subtotal Brasil		734	734
EXTERIOR	NÃO HÁ	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		734	734

Fonte: DIVISAO PATRIMÔNIO IMBEL



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

10. Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU N° 107, de 27/10/2010.

10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	19 SERVIDORES				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					

11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/ 10/2010.

NÃO SE APLICA À IMBEL.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
<i>Indústria de Material Bélico do Brasil</i>					41066
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	010.483./2008-4	TC 010.483./2008-4			Of. 1042/2010-TCU/SECEX-3
2	018.132/2007-7	TC 018.132/2007-7			Of. 1072/2010-TCU/SECEX-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
<i>Indústria de Material Bélico do Brasil</i>					41066
Descrição da Deliberação:					
Supostas irregularidades no pagamento de horas suplementares aos advogados; irregularidades praticadas na condução dos certames para preenchimento de cargos; constar nos processos licitatórios procedimentos estabelecidos no art 26, da Lei 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
<i>Indústria de Material Bélico do Brasil</i>					41066
Síntese da providência adotada:					
Houve a suspensão do pagamento de horas suplementares aos advogados. Os novos concursos públicos da IMBEL para seleção do pessoal satisfaz os princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência, e nos editais dispõem de forma específica a formação completa que está sendo exigida para o cargo a ser preenchido e a necessidade de registro no respectivo conselho de classe. A IMBEL está inserida no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social o que obriga a utilização do SIAFI e do SIASG e todas as rotinas administrativas foram adequadas a Lei 8.666/93, inclusive no que tange ao Art. 26 da citada Lei.					
Síntese dos resultados obtidos					
Com as novas rotinas implantadas a IMBEL obteve um maior controle sobre os bens, direitos e obrigações.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Com a inclusão no SIAFI houve um maior controle da gestão.					

12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
<i>Indústria de Material Bélico do Brasil</i>					41066
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	17.384/2009-6	1846/2006-Plenário	-	-	1012/2010-TCU/SECEX-3



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
<i>Indústria de Material Bélico do Brasil</i>	41066
Descrição da Deliberação:	
Prestação de Contas	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
<i>Indústria de Material Bélico do Brasil</i>	41066
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>A solicitação para o cumprimento do Acórdão foi enviado para a IMBEL conforme ofício nº 491-SCCR/D Aud, de 16 Ago 10, da Diretoria de Auditoria. A IMBEL solicitou aquele Órgão de Controle Interno por intermédio do Of nº 421/PRESI - IMBEL de 24/08/2010, um prazo de 15 (quinze) dias para análise do processo do TCU. Após análise jurídica da documentação, a IMBEL encaminhou para a D Aud o ofício nº 468/PRESI-IMBEL, de 20 Set 2010 esclarecendo que a empresa obedeceu ao Termo de Ajustamento e Conduta (TAC) nº 690, que previa que os empregados relacionados no processo não seriam demitidos em função do Processo 295-2008-061-03-00, da Vara de Trabalho da cidade de Itajubá.</p> <p>O Conselho de Administração da IMBEL foi comunicado por intermédio do Of nº 625 PRESI/IMBEL de 22 Dez 10, sobre a complexidade das demissões, tendo sido decidido por aquele Órgão Deliberativo que as demissões seriam baseadas na Súmula 363 do TST.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p>Ocorreram desmotivações profissionais devido a insegurança ocasionada pelos diversos comentários entre os funcionários, ao saberem que poderia haver demissões, muito embora, a produção não tenha sido prejudicada, devido a proatividade da direção da empresa ao atuar diretamente na questão .</p>	

12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
<i>Indústria de Material Bélico do Brasil</i>			41066
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NA FÁBRICA DE ITAJUBÁ	2.1.1 e 4.1	O próprio RA
2	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NA FÁBRICA DE JUIZ DE FORA	2.1.1, 3.5.1, 3.7.1, 4.1 e 7.1.1	O próprio RA
3	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NA FÁBRICA ESTRELA	2.1, 3.1.1, 4.1.1, 5.2.1, 6.1.1, 7.1.1 e 9.1.1	O próprio RA
4	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NA FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA	2.2, 3, 4.2, 5.1 e 6.2	O próprio RA
5	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NA FÁBRICA PRESIDENTE VARGAS	2.1.1, 3.1.1, 4.1.1, 5.1.1, 5.2.1, 7.1.1, 8.1.1, 8.2.1,	O próprio RA



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

	9.1.2 e 10.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
<i>Indústria de Material Bélico do Brasil</i>		41066
Descrição da Recomendação:		
Devido a inclusão da IMBEL no SIAFI ocorreram alguns erros operacionais tais como: falta de conformidade de gestão, numeração do processo de pagamento da despesas, entre outros. Não houve, porém, dolo, má fé, dano ao erário ou erro de ordem técnica, somente formal não se constituindo uma irregularidade.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
<i>Indústria de Material Bélico do Brasil</i>		41066
Síntese da providência adotada:		
Todas as recomendações proposta pelo OCI foram acatadas ou estão em fase de adoção no âmbito da IMBEL.		
Síntese dos resultados obtidos		
Houve aumento do tempo de execução das tarefas operacionais, mas ocorreu um sensível aumento dos resultados operacionais em diversos setores da empresa.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
O OCI recomendou que o saque das diárias fosse empenhado em nome do colaborador e não da UG, conforme estava sendo realizado pela IMBEL, o que ocasionou no início do processo atraso no pagamento das mesmas, fato já recomendado por aquele Órgão em Relatório de Auditoria, para que não ocorresse. Distância entre a Sede e as Unidades Gestoras, torna-se um fator negativo para atuação proativa do Gestor. Contingenciamento ou corte de recursos, que interferem no planejamento e na produção industrial da empresa.		

12.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

NÃO HÁ

12. a. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

12.a.1 Recomendações do Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício

NÃO HÁ



B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

13.1 Declaração Plena

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INDÚSTRIA MATERIAL BÉLICO DO BRASIL			168009
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília – DF	Data	28/01/2011
Contador Responsável	RENATO RODRIGUES	CRC n°	1 SP 229741/0-9



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN N° 107, DE 27/10/2010.

14.1 Composição Acionária do Capital Social

QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Industria de Material Bélico do Brasil				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional	100	100	100
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Ordinárias (%)				
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)				
Total		100%	100%	100%

14.2 Composição Acionária da UJ como investidora

QUADRO B.4.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010			
Denominação completa:			
INDUSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL			
Ações Ordinárias (% de participação)			
Investida	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Companhia Brasileira de Cartucho	1%	1%	1%
South América SA	33,34%	33,34	33,33

14.a PARTE B, ITEM 3 E 5, DO ANEXO II DA DN N° 107, DE 27/10/2010.

14.a.1 .Demonstrações contábeis previstas na Lei n° 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

ANEXO 1

14.a.2.Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

ANEXO 2



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

**C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO
POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 57, DE 27/10/2010.

NÃO SE APLICA À IMBEL

16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

NÃO SE APLICA À IMBEL

17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

NÃO SE APLICA À IMBEL

18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

NÃO SE APLICA À IMBEL

19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

19.1 Remuneração paga aos administradores

QUADRO C.12.1 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração																
Nome do Conselheiro(a)	Período								Remuneração							
	Início	Fim	Jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	ou	nov	dez	Total	
Rodrigo André de Castro S Rêgo	21/11/07	-	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	15.902,04
Joelson Velloso Júnior	30/10/08	-	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	15.902,04
Gen. Bda R/1 Alvaro Henrique Vianna de Moraes	29/08/08	-	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	-	-	-	13.251,70
1º Ten R/1 Carlos Barbosa	-	-	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	-	-	-	13.251,70
Gen. Augusto Heleno Ribeiro Pereira	13/05/09	-	-	-	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	13.251,70
Gen. Div. Aléssio Ribeiro Souto	26/06/09	-	-	-	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	13.251,70
Gen. Div. Adriano Pereira Júnior	03/12/08	19/04/10	-	-	1.325,17	1.325,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.650,34
Gen. Div Mário Matheus de Paula Madureira	19/04/10	19/07/10	-	-	-	-	1.325,17	1.325,17	1.325,17	-	-	-	-	-	-	3.975,51
Gen. Div. José Alberto da Costa Abreu	03/09/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.325,17	-	1.325,17	-	2.650,34
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período								Remuneração							
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	ou	nov	dez	Total	
Gen. Bda Paulo César Souza de Miranda	20/04/09	-	-	-	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	13.251,70
Cel. Sérgio Aparecido Bueno de Oliveira	16/02/07	22/12/10	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	15.902,04
TCel. Joselino de Oliveira Nóbrega	29/01/07	-	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	15.902,04
Nilton Francisco Pereira	30/04/08	28/04/10	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	-	-	-	-	-	-	-	-	6.625,85
Cel. Antônio Maxwell de Oliveira Eufrásio	07/05/07	16/08/10	1.325,17	1.325,17	-	1.325,17	1.325,17	-	-	-	-	-	-	-	-	5.300,68
Jorge Costa da Silva	28/04/10	-	-	-	-	-	-	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	9.276,19

QUADRO C.12.2 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2008	2009	2010



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

Número de membros:	4	4	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	105.832,85	459.588,44	676.527,45
a) salário ou pró-labore	105.832,85	459.588,44	676.527,45
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-
a) bonus	-	-	-
b) participação nos resultados	-	-	-
c) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
d) comissões	-	-	-
e) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	-	-	-
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.

NÃO SE APLICA À IMBEL.

21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.3

NÃO SE APLICA À IMBEL.



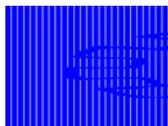
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

ANEXO 1



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Comando do Exército

ANEXO 2



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ministério da Defesa



Comando do Exército

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

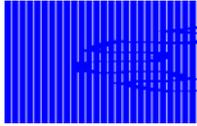
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2010	2009	PASSIVO	Nota	2010	2009
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	30.598	28.853	Fornecedores	13	5.761	3.757
Clientes	5	37.475	15.691	Obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições	14	24.249	23.771
Estoques	6	52.206	47.907	Adiantamento de clientes	15	10.477	11.200
Impostos a recuperar	7	6.829	9.326	Provisões para contingências	16	13.189	11.077
Despesas Antecipadas	8	4.035	2.860	Provisões diversas		5.889	5.549
Outros créditos	9	2.643	2.404	Outros débitos		781	1.458
		133.786	107.041			60.346	56.812
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Créditos a Receber	9	673	673	Obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições	14	86.760	101.530
Investimentos	10	1.808	1.891	Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos		13.292	-
Imobilizado	11	153.344	145.765			100.052	101.530
Diferido	12	-	2.135	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível		579	259		17		
		156.404	150.723	Capital social		378.460	378.460
				Reserva de reavaliação		72.724	87.645
				Prejuízos acumulados		(321.392)	(366.683)
						129.792	99.422
TOTAL DO ATIVO		290.190	257.764	TOTAL DO PASSIVO		290.190	257.764

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Renato Rodrigues
Contador - CRC 1 SP 229741/O-9
CPF 273.951.548-73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

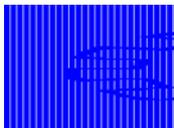
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRAGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2010</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>42.599</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	
Realização da reserva de reavaliação	1.629
Baixa do saldo negativo de IRPJ a compensar referente ao exercício 2009	1.063
	2.692
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>45.291</u>

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Renato Rodrigues
Contador - CRC 1 SP 229741/O-9
CPF 273.951.548-73

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro



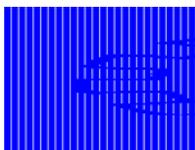
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Mercado interno	67.274	58.296
Mercado externo	8.295	14.463
Prestação de serviços e revenda	14.655	15.423
	<u>90.224</u>	<u>88.182</u>
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		
Vendas canceladas	(465)	(1.113)
Impostos incidentes sobre venda e serviço	(23.757)	(16.731)
	<u>(24.222)</u>	<u>(17.844)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>66.002</u>	<u>70.338</u>
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(56.403)</u>	<u>(56.584)</u>
LUCRO BRUTO	<u>9.599</u>	<u>13.754</u>
Despesas administrativas	(36.841)	(32.970)
Despesas comerciais	(2.436)	(2.551)
Despesas tributárias	(1.700)	(1.135)
Despesas financeiras	(4.479)	(22.952)
Despesas com pesquisa	(3.420)	(1.345)
Manutenção de capacidade estratégica (nota 18)	(24.339)	(17.708)
Variação no estoque	1.592	(1.603)
Refugos	(2.119)	(1.580)
Garantia de qualidade do produto	(1.594)	(1.856)
Outras (despesas) receitas operacionais	(3.036)	(8.093)
Receita Orçamentária	123.560	126.938
	<u>45.188</u>	<u>35.145</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	<u>54.787</u>	<u>48.899</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.188)	(9.854)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>42.599</u>	<u>39.045</u>

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Renato Rodrigues
Contador - CRC 1 SP 229741/O-9
CPF 273.951.548-73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ministério da Defesa

Comando do Exército



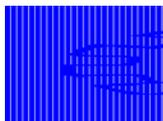
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	361.000	89.342	(408.650)	41.692
Integralização de capital	17.460	-	-	17.460
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.697)	1.697	-
Resultado do exercício anterior	-	-	1.225	1.225
Resultado do exercício	-	-	39.045	39.045
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	378.460	87.645	(366.683)	99.422
Integralização de capital	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.629)	1.629	-
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	-	(13.292)	-	(13.292)
Resultado do exercício anterior	-	-	1.063	1.063
Resultado do exercício	-	-	42.599	42.599
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	378.460	72.724	(321.392)	129.792

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Renato Rodrigues
Contador - CRC 1 SP 229741/O-9
CPF 273.951.548-73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício (antes do IRPJ e CSLL)	54.787	48.899
Ajuste por		
Depreciações e amortizações	7.413	7.274
Valor residual de bens baixados	-	14.165
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(625)	(692)
Outras despesas que não representam movimentação no caixa	-	9.435
Imposto de renda e contribuição social	(12.188)	(9.854)
Lucro ajustado	<u>49.387</u>	<u>69.227</u>
DECRÉSCIMO (ACRÉSCIMO) DE ATIVOS		
Clientes	(22.408)	(3.507)
Estoques	(4.299)	(7.338)
Impostos a recuperar	2.497	(187)
Despesas antecipadas	(1.175)	(130)
Outros créditos	-	336
	<u>(25.385)</u>	<u>(10.826)</u>
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) DE PASSIVOS		
Fornecedores	2.005	(5.851)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(14.292)	(10.219)
Adiantamentos de clientes	(723)	(17.188)
Outras contas a pagar	1.775	2.265
	<u>(11.235)</u>	<u>(30.993)</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.767	27.408
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compras de ativo imobilizado	(13.827)	(12.744)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(13.827)</u>	<u>(12.744)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	-	(3.139)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>-</u>	<u>(3.139)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.060)	11.525
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	28.853	17.328
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>27.793</u>	<u>28.853</u>

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Renato Rodrigues
Contador - CRC 1 SP 229741/O-9
CPF 273.951.548-73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL foi criada pela Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, que autorizou o Poder Executivo a constituí-la na forma de empresa pública, hoje vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio.

As atividades compreendem, além de fabricar materiais de defesa dentro das políticas e dos programas do Governo Federal, promover, com base na iniciativa privada, o desenvolvimento da indústria de material de defesa de interesse do Exército; colaborar com essas empresas no planejamento, na transferência de tecnologia e na implantação de novas unidades industriais; e administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque industrial e outros bens, cuja tecnologia derive da gerada no desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional.

A IMBEL tem sede e foro na cidade de Brasília - DF, com atuação em todo território nacional, possui um escritório administrativo em Piquete - SP e unidades produtivas demonstradas no quadro a seguir:

<u>Sigla</u>	<u>Localização do parque industrial</u>	<u>Material produzido</u>
FPV	Piquete - SP	Fabrição de pólvora, TNT, dinamite e seus componentes químicos
FJF	Juiz de Fora - MG	Fabricação de grosso calibre
FMCE	Rio de Janeiro - RJ	Fabricação de equipamentos eletrônicos militares
FI	Itajubá - MG	Fabricação de armas (pistolas, fuzis, carabinas)
FE	Magé - RJ	Fabricação de explosivos em geral

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

A IMBEL possui duas linhas de produtos, sendo militar e civil, e destacamos como principais os produtos listados no quadro a seguir:

Linha de produtos	Aplicação	
	Militar	Civil
Pólvora química	Munição	Competição esportiva
Pólvora negra	Munição	Fogos de artifícios, mineração e artigos religiosos
Explosivos e acessórios	Munição, minas anticarro, granada e foguete	Mineração, aberturas de estradas, implosão, desmonte de rocha, prospecção mineral, aplicação artística em rocha e metal
Munição de grosso calibre	Munição de defesa	Agricultura (precipitações de chuvas e antigranizo)
Equipamentos eletrônicos	Comunicação em companhias	Computador robustecido para uso em viaturas militares, carros de bombeiros, veículos de transporte de valores, ambulâncias, veículos espaciais utilizados em treinamentos e laboratórios móveis
Armas leves	Defesa nacional	Competição esportiva e segurança pública
Nitrocelulose	Pólvoras	Dinamites para mineração, indústria de tintas, lacas e vernizes

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis ao encerramento do exercício.

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, a administração da Sociedade adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007 e Medida Provisória 449/08 de 3 de dezembro de 2008 (promulgada como Lei 11.941/09 em 27 de maio de 2009), que alteraram e revogaram dispositivos existentes e introduziram novos dispositivos à Lei 6.404/76 (Lei das S.A), visando a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil às práticas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Entre as modificações às práticas contábeis emanadas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, destacam-se:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa.
- Criação da possibilidade de escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

- Obrigatoriedade de a Empresa analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.
- Os ativos e passivos provenientes de operações não circulantes e de operações relevantes no circulante serão ajustados a valor presente.
- Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que a Lei entrar em vigor.
- No ativo diferido serão registrados apenas os gastos pré-operacionais e de reestruturação, que contribuirão efetivamente para o aumento do resultado futuro.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 0

3.2. Clientes

São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos vencidos há mais de 180 dias para mercado interno e 360 dias para mercado externo, e órgãos públicos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

3.3. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à subutilização da capacidade normal é debitado ao resultado do período como manutenção da capacidade estratégica. Estoques de produtos em elaboração e acabados compreendem matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

3.4. Impostos a recuperar

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

3.5. Outros ativos circulantes e não circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.6. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável quando aplicável, bem como pela provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

3.7. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

3.8. Adiantamento de clientes

Correspondem aos adiantamentos recebidos dos clientes antes das entregas dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

3.9. Provisões de férias

Calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

3.11. Provisões para contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

3.12. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram apuradas pelo regime contábil de competência.

3.13. Receita orçamentária

É disponibilizada pelo governo e reconhecida mediante utilização para pagamentos de suas obrigações.

3.14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

São calculados observando-se suas alíquotas nominais que totalizam 34% - sendo imposto de renda (25%) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%), de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999. Os prejuízos acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros a até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

3.15. Reserva de reavaliação

De acordo com a Lei nº 11.638/07, que altera e introduz modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, com vistas à adoção das práticas contábeis internacionais, a Empresa decidiu manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

3.16. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

4. DISPONIBILIDADES

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa e bancos	9	61
Tesouro nacional - Fonte 250	<u>30.589</u>	<u>28.792</u>
	<u><u>30.598</u></u>	<u><u>28.853</u></u>

A rubrica “Tesouro Nacional – Fonte 250”, registrada no valor de R\$30.589 em 2010, e de R\$28.792 em 2009, é composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através de Guia de Recolhimento da União (GRU) na conta do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI).

5. CLIENTES

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Clientes - Mercado interno	38.770	15.776
Clientes - Mercado externo	1.683	2.268
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(2.978)</u>	<u>(2.353)</u>
	<u><u>37.475</u></u>	<u><u>15.691</u></u>

A rubrica “Provisão para crédito de liquidação duvidosa”, registrada no valor de R\$2.978 (R\$2.353 em 2009), é composta por títulos vencidos há mais de 180 dias para clientes do mercado interno e títulos vencidos há mais de 360 dias para órgãos públicos e clientes do mercado externo.

6. ESTOQUES

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Produtos acabados	5.058	4.686
Mercadorias para revenda	192	193
Produtos em processo	24.120	21.099
Matérias-primas	10.171	9.248
Materiais auxiliares	10.539	9.842
Almoxarifado	2.247	2.386
Importações em trânsito	1.981	2.967
Adiantamento a fornecedores	463	521
Compra para entrega futura	2.070	621
Provisão para perdas	<u>(4.635)</u>	<u>(3.656)</u>
	<u><u>52.206</u></u>	<u><u>47.907</u></u>

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

A empresa constitui provisão para perdas em seu estoque referente aos itens que não tiveram movimentação nos últimos 360 dias. Assim, o valor de R\$ 4.635 representa os itens mantidos em estoques para garantia da qualidade dos produtos fabricados, materiais comprados de forma estratégica, entre outros.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
IPI a recuperar	4.603	5.140
ICMS a recuperar	577	1.849
ICMS a recuperar ativo imobilizado	1.209	1.455
IRPJ a compensar	96	92
CSLL a compensar	137	512
COFINS e PASEP a recuperar ativo imobilizado	173	171
Outros	34	107
	<u>6.829</u>	<u>9.326</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custos de serviços a apropriar	2.586	1.872
Manutenção a apropriar	1.440	985
Seguros a apropriar	5	-
Assinaturas a apropriar	4	3
	<u>4.035</u>	<u>2.860</u>

A rubrica “Custo de serviço a apropriar”, registrada no valor de R\$2.586 (R\$1.872 em 2009), é composta por serviços que estão sendo prestados a clientes.

A rubrica “Manutenção a apropriar”, registrada no valor de R\$1.440 (R\$985 em 2009), é composta por gastos com manutenção de máquinas e equipamentos do parque fabril. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no resultado do exercício.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

9. OUTROS CRÉDITOS

	2010			2009		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamento para conta de férias	664	-	664	592	-	592
Cheques em cobrança	20	-	20	20	-	20
Depósitos judiciais	840	-	840	840	-	840
Causas trabalhistas	1.119	-	1.119	952	-	952
Processo desapropriação de imóveis	-	673	673	-	673	673
	<u>2.643</u>	<u>673</u>	<u>3.316</u>	<u>2.404</u>	<u>673</u>	<u>3.077</u>

A rubrica “Processo desapropriação de imóveis”, registrada no valor de R\$673 em 2010 e 2009, é composta pelo imóvel na cidade de Grajaú/RJ, desapropriado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2003. A prefeitura realizou uma avaliação do imóvel em 2003, e com base no laudo PGM 176/2003, o imóvel está avaliado em R\$673.

As rubricas “Depósitos judiciais” e “Causas trabalhistas”, registradas nos valores de R\$840 e R\$1.119 (R\$840 e R\$952 em 2009), são compostas por processos trabalhistas que se encontram atualmente em discussão judicial.

10. INVESTIMENTOS

	2010	2009
Terrenos	933	933
Máquinas e equipamentos	-	83
South America Ordenance	30	30
CBC - Cia Brasileira de Cartuchos	622	622
Créditos Eletrobrás	163	163
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	60	60
	<u>1.808</u>	<u>1.891</u>

O valor de R\$ 933 sobre a rubrica de Terrenos referem-se aos imóveis da IMBEL localizados em Viamão - RS.

A baixa do saldo de R\$ 83 sobre a rubrica Máquinas e equipamentos refere-se ao lançamento de reclassificação contábil que transferiu o valor para o grupo Imobilizado.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

11. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	2010		2009	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	0%	55.406	-	55.406	55.406
Edifícios	4%	92.325	(41.636)	50.689	52.429
Instalações administrativas	10%	3.103	(2.617)	486	126
Máquinas e equipamentos	10%	128.491	(102.819)	25.672	19.908
Móveis e utensílios	10%	6.469	(3.628)	2.841	1.997
Veículos	20%	3.010	(1.644)	1.366	869
Ferramental	10%	15.102	(10.361)	4.741	4.582
Computadores e periféricos	20%	2.902	(1.536)	1.366	982
Museu	0%	-	-	-	9
Benfeitorias imóveis de terceiros	10%	615	(457)	158	17
Softwares	10%	-	-	-	-
Biblioteca		29	(21)	8	2
Obras em andamento		10.611	-	10.611	9.438
		<u>318.063</u>	<u>(164.719)</u>	<u>153.344</u>	<u>145.765</u>

Os ativos registrados na rubrica “Imobilizado”, no valor de R\$153.344 (R\$145.765 em 2009), estão registrados no seu custo histórico de aquisição.

Demonstramos abaixo o resumo das aquisições, baixas e transferências do imobilizado no exercício de 2010.

	2010				
	Saldo Inicial	Inclusões	Baixas	Transferências	Saldo Final
Terrenos	55.406	-	-	-	55.406
Edifícios	91.168	1.041	(45)	161	92.325
Instalações administrativas	2.743	175	-	185	3.103
Máquinas e equipamentos	119.913	8.831	(520)	267	128.491
Móveis e utensílios	5.505	1.113	(130)	(19)	6.469
Veículos	2.198	813	(2)	-	3.009
Ferramental	14.116	986	-	-	15.102
Computadores e periféricos	2.077	789	-	36	2.902
Benfeitorias imóveis de terceiros	465	150	-	-	615
Biblioteca	23	6			29
Obras em andamento	10.611				10.611
	<u>304.225</u>	<u>13.904</u>	<u>(697)</u>	<u>630</u>	<u>318.062</u>

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Comparando os saldos existentes nos encerramentos dos exercícios de 2010 (R\$307.452) e 2007 (R\$263.598), o aumento do imobilizado foi de 16,63%, reflexo da política de investimento na estrutura fabril iniciado em 2008.

12. DIFERIDO

	2010	2009
Gasto com implantação de sistemas	-	425
Gastos pré-operacionais	-	105
Pesquisa e desenvolvimento	-	10.745
Total do custo	-	11.275
Amortização acumulada	-	(9.140)
	-	2.135

Os ativos registrados no grupo do “Diferido”, foram completamente amortizados em 2010.

13. FORNECEDORES

	2010	2009
Fornecedores nacionais	5.612	3.757
Fornecedores estrangeiros	149	-
	5.761	3.757

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

	2010			2009		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	11.927	51.668	63.595	9.411	58.298	67.709
Estaduais e municipais	10.646	21.230	31.876	9.654	25.339	34.993
Encargos e contribuições	1.539	13.862	15.401	2.564	17.893	20.457
Obrigações trabalhistas	137	-	137	2.142	-	2.142
	24.249	86.760	111.009	23.771	101.530	125.301

As obrigações de ordem tributária são oriundas de períodos anteriores, as quais vêm sendo objeto de parcelamentos, com prazos que chegam a 130 meses.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

As “Obrigações Tributárias” de longo prazo estão distribuídas conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Exigível a Longo Prazo	Término do Parcelamento
FNDE - PAES	889	2013
ICMS/RS - Dívida Ativa	1.694	2013
ICMS/SP - Dívida Ativa	11.300	2017
Débitos Federais - PAES/PAEX	51.668	2018
ICMS/MG - Dívida Ativa	7.513	2018
ICMS/RJ - Dívida Ativa	723	2018
FGTS - Dívida Administrativa	6.779	2018
INSS - PAES	6.194	2018
	<u>86.760</u>	

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2010	2009
Adiantamento de clientes - nacional	10.474	11.074
Adiantamento de clientes - estrangeiro	3	126
	<u>10.477</u>	<u>11.200</u>

A rubrica “Adiantamento de Clientes”, registrada no valor de R\$10.477 (R\$11.200 em 2009), é composta por contratos mantidos com o Exército Brasileiro, clientes nacionais e clientes estrangeiros, para futuras aquisições de produtos e serviços.

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2010	2009
Provisões trabalhistas/rescisórias - FPV	6.676	7.893
Provisões trabalhistas/rescisórias - FJF	989	286
Provisões trabalhistas/rescisórias - FMCE	105	86
Provisões trabalhistas/rescisórias - FI	4.339	892
Provisões trabalhistas/rescisórias - FE	1.080	490
Provisões trabalhistas/rescisórias - SEDE	-	1.430
	<u>13.189</u>	<u>11.077</u>

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa estava sujeita a ações judiciais de natureza trabalhistas/rescisórias e indenizatórias, com variadas características e em diversas fases do rito processual.

A Administração, baseada na análise individual dos processos e acordos em andamento, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, registrou a provisão para contingências dos processos cuja probabilidade de perda foi julgada como provável (R\$13.189 em 2010). Os processos que na opinião dos assessores jurídicos foram julgados como possível e remota montam R\$5.616 e R\$14.916 respectivamente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Capital social	378.460	378.460
Reserva de reavaliação	72.724	87.645
(Prejuízos) acumulados	<u>(321.392)</u>	<u>(366.683)</u>
	<u>129.792</u>	<u>99.422</u>

A rubrica “Reserva de reavaliação”, registrada no valor de R\$72.724 (R\$87.645 em 2009), é composta pela reavaliação de edifícios e terrenos, demonstrados no quadro a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reserva de reavaliação - Edifícios	39.096	40.725
Reserva de reavaliação - Terrenos	46.920	46.920
Provisão para IRPJ/CSLL	<u>(13.292)</u>	<u>-</u>
	<u>72.724</u>	<u>87.645</u>

Em 2010, foi contabilizada a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, a taxa de 15% e 9%, conforme Decreto 3.000/99 - Regulamento do Imposto de Renda em vigor respectivamente, conforme determina a NPC 24 e Deliberação CVM nº 183/95.

Os valores de R\$1.629 e R\$ 1.063 que constam na Demonstração de Resultado Abrangente e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido referem-se ao estorno da depreciação da reserva de reavaliação a taxa de 4% ao ano sobre a rubrica Reserva de reavaliação - Edifícios e a baixa extemporânea do saldo de IRPJ a compensar referente ao exercício 2009.

18. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA

A rubrica “Manutenção da capacidade estratégica”, registrada no valor de R\$24.339 (R\$17.708 em 2009), é composta por gastos referentes à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

Armadas. Esses gastos incorrem mesmo não havendo processo produtivo por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa contrata seguros somente para as cargas e veículos, e os demais bens não possuem qualquer tipo de cobertura de seguro contra eventuais sinistros em razão do elevado custo dos prêmios correspondentes.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no Balanço Patrimonial, como Disponibilidades e Contas a Receber, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. Os contratos de financiamento ou passivos financeiros estão acrescidos dos encargos contratuais, refletindo, assim, os valores de mercado.

A Empresa não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes à taxa de juros e a oscilações de moeda no mercado mundial.

21. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

A remuneração da Diretoria é determinada pelos Decretos nº 84.128, de 29 de outubro de 1997, nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, e nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, e pelo Ofício nº 2362/A3.3 do Ministério do Exército, de 5 de setembro de 1995; atualizados pela Portaria nº 1.594/MD, de 10 de Dezembro de 2009.

A maior, e a menor remuneração dos administradores e empregados da Empresa no mês de dezembro de 2010, estão discriminadas a seguir:

a) Dirigentes

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Maior	14.326,13	14.326,13
Menor	12.893,51	12.893,51

b) Empregados

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Maior	5.237,85	4.980,36
Menor	779,31	741,00

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

22. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO PUBLICADO E O BALANÇO SIAFI

Em atendimento ao item 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação dos valores publicados com aqueles relativos aos demonstrativos obtidos via SIAFI, apresentamos as conciliações entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e o obtido via SIAFI, pela Lei nº 4.320/64, encerrado em 31 de dezembro de 2010.

	Lei nº6.404/76 Legislação Societária	Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública	Diferença
Ativo Circulante	133.786	154.766	(20.980)
Ativo Não Circulante	156.404	156.299	105
Total do ativo	290.190	311.065	(20.875)
Passivo Circulante	60.346	56.844	3.502
Passivo Não Circulante	100.052	100.089	(37)
Capital Social	378.460	378.460	-
Reservas	72.724	87.645	(14.921)
Resultado Acumulado	(321.392)	(311.973)	(9.419)
Total do passivo	290.190	311.065	(20.875)

A Imbel, como Empresa Pública, se reveste da Lei 6.404/76 (Leis das Sociedades por Ações), utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP – Datasul E.M.S), que lhe permite de maneira segura controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar seu Resultado.

Após sair do Orçamento de Investimento e ingressar no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social (Ano 2008), passa a ser uma Empresa Pública Dependente, se revestindo também da Lei 4.320/64 (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro) e Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que lhe permite de maneira segura controlar a Execução Financeira e Orçamentária.

Com essa dualidade de Legislação e de Sistema, a IMBEL, em conjunto com a Diretoria de Auditoria do Exército e a Coordenação Geral de Contabilidade da STN, está envidando esforços na compatibilização desses

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

valores e implantação de procedimentos técnicos e administrativos, visando harmonizar as duas sistemáticas de contabilização, com o objetivo de operacionalizar no SIAFI todos os atos e fatos administrativos que modificam o Patrimônio da Empresa, considerando que todas as diferenças são conciliáveis.

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Renato Rodrigues
Contador – CRC 1 SP 229741/O-9
CPF 273.951.648-73

* * *



GLOBAL TECHNOLOGY FOR BUSINESS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores da
INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL
PIQUETE - SP

Examinamos as demonstrações financeiras INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da IMBEL é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da IMBEL. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva das demonstrações financeiras

Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.6, os Investimentos mantidos pela IMBEL estão avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor recuperável, quando aplicado e respectiva provisão para perda, no entanto, os registros contábeis não evidenciam esse procedimento, haja vista que os saldos em 31/12/2010 mantêm-se os mesmos do exercício anterior.

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as Demonstrações Contábeis da sua subsidiária integral "South America Ordnance". Não nos foi possível assegurar a adequabilidade dos referidos ativos, bem como das possíveis provisões para perdas, uma vez que a escrituração contábil da subsidiária não se encontra atualizada em razão de ter sido encerrada, por iniciativa da IMBEL, em outubro de 2009, as atividades do escritório de representação. A administração da IMBEL informou a respeito das providências tomadas, via processo administrativo em comum acordo com os outros acionistas (SCHAIN e BAY SISTEM) para o fechamento da empresa, haja vista que, efetivamente, a subsidiária nunca entrou em operação. A demora na conclusão do processo de



GLOBAL TECHNOLOGY FOR BUSINESS

fechamento da subsidiária deve-se à formalização da documentação do acionista internacional (BAY SYSTEM) para apresentação na Junta Comercial de Minas Gerais para baixa definitiva na sociedade.

Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa 3.7 o Ativo Imobilizado está registrado pelo seu custo de aquisição e/ou formação e a depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica dos bens. Essa prática não traduz o preceituado pelos CPC's 01 – Valor Recuperável de Ativos e 27 – Ativo Imobilizado, haja vista que as máquinas e equipamentos não tiveram seu valor recuperável testados, os bens móveis foram reavaliados em 2007 conforme nota explicativa 11, e, no cálculo da depreciação não está sendo considerado o valor residual dos ativos o que influencia diretamente na determinação de uma nova vida útil desses bens.

Custo

A empresa mantém um contrato de fornecimento de armas leves para exportação com a empresa norte americana (Springfield Armory), o qual, por força de valorização ou desvalorização cambial, é objeto de revisões periódicas, com aditivos para repactuação dos valores celebrados. Em 2010, o preço de venda dessas armas, face à grande desvalorização do US\$ americano, ficou inferior ao custo de produção, fato que resultou em um desnível operacional de R\$ 2.841.554,88. Tal fato provocou a tomada de medidas, por parte da Direção da IMBEL, que resultassem de forma imediata, no estancamento do prejuízo operacional, tais como a redução do fornecimento dos produtos e uma renegociação do contrato vigente, com salvaguardas reais de proteção à IMBEL, dos preços a serem pactuados. Além dessas medidas, a Direção da IMBEL informou que foram contratadas empresas especializadas para analisar e propor a redução dos custos de fabricação dos produtos fornecidos à SPRINGFIELD ARMORY, como forma de adequar à nova realidade financeira internacional. De acordo com informações da Direção, a Fábrica de Itajubá (FI) unidade da IMBEL que fornece os produtos à SPRINGFIELD ARMORY está, também, direcionando sua produção para outro produto com a finalidade de atender às Forças Armadas Brasileira (Exército, Marinha e Aeronáutica) com projeção de demanda para os próximos 10 (dez) anos, fato que propiciará à IMBEL, conquistar, paulatinamente, o almejado equilíbrio de suas receitas e despesas.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IMBEL em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 09 de março de 2010, com as seguintes modificações na opinião: "3. A empresa possui registrado na rubrica "Diferido" - Pesquisa e Desenvolvimento, em 31.12.2009, o valor de R\$ 10.745 mil (R\$ 11.607 mil em 2008), conforme Nota Explicativa no. 12. A empresa entende que os valores dessa rubrica geram caixa, no entanto, por falta de evidência não podemos assegurar sua razoabilidade e realização dos valores registrados, bem como dos eventuais efeitos tributários. 4.- A empresa não contabilizou a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a reserva de reavaliação, conforme determina a NPC 24 e Deliberação CVM no. 183/95. Destarte, não podemos opinar sobre o saldo dessa reserva nem os seus possíveis efeitos tributários. 5.- Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as Demonstrações Contábeis da sua subsidiária integral "South America Ordnance". Dessarte não nos foi possível assegurar a adequacidade dos referidos ativos, bem como das possíveis provisões para perdas. 6.- A empresa mantém um contrato de exportação de armas com a empresa norte americana (Springfield Inc), o qual é objeto de revisões



TGB - AUDITORES E CONSULTORES

PORTO ALEGRE - SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO - BRASÍLIA
WWW.TGBAUD.COM.BR

GLOBAL TECHNOLOGY FOR BUSINESS

periódicas com aditivos para repactuação de valores. A despeito de a empresa esperar poder equalizar os preços de venda com os valores de custos de produção ao longo do exercício de 2010, entendemos que em 2009 o preço de venda dessas armas é menor que o seu preço de produção. Não nos foi possível avaliar os reflexos e potencial de contingência nessa operação nos resultados da empresa".

Piquete (SP), 04 de fevereiro de 2011.


TGB - AUDITORES E CONSULTORES S/S
2RS003622/O-0 - "S" - SP
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
Contadora 1CRC/RS 065.932/O-7 - "S" - SP
Responsável Técnica